



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE**

CNPJ 01.040.648/0001-54

9ª Legislatura – 2ª Sessão Legislativa - Ano 2026
Ata da Comissão Permanente de Serviços Públicos

Ata n.º 35/2025

Ata da reunião ordinária da Comissão Permanente de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, dos Exercícios de 2025 a 2026, na presidência do Vereador Renato Fritzen, realizada em trinta e um de agosto de dois mil e vinte e seis (31/08/2026), às 18:00 horas. Usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno desta Egrégia Casa Legislativa, para a análise das matérias a seguir: Projetos de Lei n.º 45/2026 e 49/2026 do Executivo Municipal. Ementa: Autoriza o Poder Executivo a firmar Permissão de Uso de bem público a título gratuito e precário. Decidindo pela emissão de parecer favorável pela regularidade e a tramitação das matérias. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada em conformidade, vai assinada por todos os Vereadores presentes:

Nova Esperança do Sudoeste, Estado do Paraná, 31 de agosto de 2026.

Presidente: Vereador Renato Fritzen

Relator: Vereador Odenir Vieira

Membro: Vereador Anezio Nazario



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE

CNPJ 01.040.648/0001-54

PARECER UNIFICADO AOS PROJETOS DE LEI N.º 45/2026 E 49/2026

DO EXECUTIVO MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

LIDO EM PLENÁRIO
EM 31/08/2026
DIRETOR

Objeto: Projeto de Lei nº. 45/2026 e 49/2026.

Autoria: Executivo Municipal.

Protocolo na Câmara: 20/08/2026 - Enviado à Comissão: 24/08/2026.

Local/Data: Sala das Comissões - CMVNES, 31 de agosto de 2026.

Parecer: Favorável, encaminhado ao plenário para votação.

Ementas: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Permissão de Uso de bem público a título gratuito e precário".

I – Relatório

As matérias em análise tramitam nesta Casa Legislativa por iniciativa do Executivo Municipal, sob a forma de projeto de lei ordinária, cada qual contendo dez artigos. O objetivo é autorizar a concessão de Permissão de Uso de bens públicos, a título gratuito e precário, em favor de Associações de Produtores Rurais. Foram beneficiadas, Associação de Produtores Santo Antônio do km 40 e 45, com um trator agrícola, um distribuidor de adubos e um pulverizador; Associação de Desenvolvimento de Rio Mambuco, com um descompactado de solo.

II - Parecer

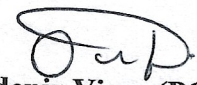
Após reunião da Comissão e análise das matérias, concluiu-se que os projetos foram elaborados em conformidade com a técnica legislativa. As proposições são legais, pois atendem ao estatuído quanto à sua origem e tramitação. Verificou-se que ambos os projetos estão estruturados de forma clara e objetiva, estabelecendo as condições de uso, manutenção e prestação de contas dos bens públicos cedidos às associações, com finalidade exclusiva de atendimento à agricultura familiar. O parecer foi emitido de forma unificada, considerando que as matérias possuem identidade de objeto, natureza e finalidade, tratando da mesma modalidade de concessão de uso de bens públicos.

III-Voto

Pelo exposto, considerando que as matérias em tela respeitam os pressupostos de legalidade, constitucionalidade e regimentalidade, e aguardando-se ainda sua análise e discussão em Plenário, deliberação em dois turnos de discussão e votação, mediante votação nominal, maioria absoluta (cinco votos), a presente Comissão opina favoravelmente pelo prosseguimento de sua tramitação.

Presentes os Senhores Vereadores:


Renato Fritzen (PSD)
Presidente - CPSP


Odenir Viera (PODE)
Relator - CPSP


Anezio Nazario (PP)
Membro - CPSP